

A Comuna de Paris no Brasil

Marcelo Badaró Mattos

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Este texto preocupa-se com as repercussões da Comuna de Paris no Brasil. Trata de observar, inicialmente, alguns pontos centrais do debate sobre a importância da Comuna de Paris para o movimento operário internacional, de forma a definir as balizas a partir das quais se pode rastrear o impacto do movimento por aqui. Em seguida, atenta para as repercussões do movimento entre a classe dominante brasileira, a partir de manifestações parlamentares e dos periódicos de circulação diária na Corte. Finalmente, o texto busca acompanhar as manifestações sobre a Comuna entre os movimentos dos trabalhadores brasileiros, o que leva a considerações sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil.¹

Por que a Comuna?

No debate das esquerdas, a Comuna de Paris passou a ocupar um lugar central, desde a sua eclosão. Em primeiro lugar, porque se tratava de avaliar o quanto aquela revolução, indiscutivelmente operária – $\frac{3}{4}$ dos prisioneiros comunardos registrados eram trabalhadores manuais² – avançara na direção do socialismo. Mais que isso, de avaliar de que socialismo se trata ali, o que demanda encarar a discussão sobre a natureza do Estado dos trabalhadores capaz de conduzir à superação da ordem capitalista e sobre a propriedade social dos meios de produção.

Quanto ao caráter proletário da Comuna, partindo-se do fato de outros movimentos revolucionários da França terem, desde 1789, mobilizado os trabalhadores manuais, é preciso definir a especificidade de 1871. Em primeiro lugar, tratava-se de uma classe trabalhadora com perfil distinto, pois que seu núcleo central de artesãos passava já por um estado avançado de proletarianização e o número de operários industriais típicos vinha se elevando

1 A pesquisa de fontes que possibilitou este artigo contou com a colaboração de Marcela Goldmacher.

2 Eric Hobsbawm, *A era do capital. 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 185.

progressivamente. Além disso, se a revolução de 1848 demarcou claramente um caminho de conservação da ordem para a burguesia, que se distanciava assim definitivamente do impulso revolucionário, a Comuna de 1871 será o primeiro movimento revolucionário em que a classe trabalhadora está não apenas na linha de frente, mas assume o comando do processo.

Este foi o ponto central a mobilizar o esforço de análise de Karl Marx para avaliar a Comuna ainda no calor dos acontecimentos. Em relatório lido na reunião da Internacional, realizada dois dias depois da derrota dos comunardos, Marx apresentou a obra que se tornaria referência obrigatória sobre o tema: *A Guerra Civil em França*.³ Tal livro pode ser visto como complemento das análises da história francesa recente desenvolvidas em *A luta de classes em França* e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Comprometido com a hipótese de que a Comuna representava um salto nas possibilidades da luta operária, Marx subsumiu no texto uma série de críticas a tendências majoritárias no movimento, que já fizera em outras ocasiões (em especial na correspondência mantida à época), para destacar os pontos que mereciam ser valorizados naquele processo.

Em *A Guerra Civil em França*, Marx chegou a apontar o protagonismo operário como capaz de reverter as posições conservadoras do campesinato, pois só o governo operário aliviaria o peso dos tributos contra os produtores rurais (que se agravariam com as dívidas da derrota para a Prússia). Também a pequena burguesia teria se apegado à Comuna e as suas medidas de adiamento e perdão das dívidas como único caminho para fugir à bancarrota.

Na discussão do caminho para o socialismo, com o movimento internacional dos trabalhadores já dividido entre as influências de Marx, Proudhon e Bakunin, no período que antecede a Comuna, novas questões vão surgir a partir da avaliação do significado da experiência comunarda. Marx assume, na obra citada que não bastava aos trabalhadores tomarem o Estado centralizado, pois este havia se tornado um poderoso instrumento burguês, inicialmente para afastar o domínio feudal e adiante para garantir a escravização do trabalho ao capital. Era necessário mudar a natureza deste Estado: “O brado de ‘República social’ com que a revolução de fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris, não expressava mais que o vago desejo de uma República que não acabasse com a forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna era a forma positiva dessa República”.⁴

3 Trabalhou-se aqui com edição contida em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras* escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, s.d., v. 2, pp. 85-86.

4 *Idem*, p. 80.

A dissolução do exército regular e a sua substituição pelo “povo armado” (a Guarda Nacional que havia impulsionado a Comuna); o fim das atribuições políticas da polícia e o conjunto dos cargos burocráticos sendo exercido, mesmo no judiciário, por pessoas eleitas (e de mandato revogável pelos seus eleitores), remuneradas com padrão operário; o caráter flexível da proposta de federação de comunas; as instituições com bases verdadeiramente democráticas, tudo isto era visto por Marx como “um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.”⁵

O governo da classe operária seria então a alavanca para a superação da dominação de classes, servindo de instrumento para a supressão das bases econômicas da subordinação do trabalho ao capital. As medidas sociais da Comuna – a proibição da redução de salários e a entrega às organizações operárias das fábricas fechadas pelos patrões, entre outras medidas de âmbito mais restrito, teriam se constituído em passos na direção do socialismo.⁶

Duas outras ordens de considerações sobre a Comuna, enfatizadas em *A Guerra Civil na França*, merecem breve menção. Em primeiro lugar, o caráter exemplar que a repressão sobre os comunardos deveria adquirir. Tratava-se de mostrar ao mundo qual o preço que teriam a pagar os escravos do capital, por terem escolhido o caminho da insubordinação. E o exemplo deveria ter dimensões internacionais justamente porque a ameaça parecia tê-las. Não só a Internacional e o próprio Marx, foram recorrentemente acusados de planejadores da insurreição, demonstrando o temor da classe dominante europeia ante a organização dos trabalhadores, como a própria

5 *Idem*, p. 83. Este ponto desencadeará ampla polêmica entre a vertente social-democrata alemã e a vertente bolchevique de Lenin no debate da Segunda Internacional sobre a experiência da Comuna e sua leitura por Marx. Para os social-democratas alemães, como Bernstein, Marx havia se entusiasmado excessivamente com um modelo federalista/autonomista próximo do de Proudhon. Para Lenin, muito ao contrário, Marx lançava as bases de um projeto de destruição do Estado burguês, necessária para a transição ao socialismo, projeto que a Comuna, por seus limites, não teria como efetivar (os soviets seriam a resposta de Lenin aos limites do Estado-Comuna). Da mesma forma opunham-se leituras distintas sobre o peso das eleições e da luta armada no movimento de 1871. Kautsky afirmará a importância dos referendos eleitorais para a sustentação política da Comuna, enquanto Trotski objetará que uma maior determinação em usar sua vantagem militar quando esta existiu poderia ter gerado um resultado diferente. Este debate é apresentado de forma bastante resumida por Horácio González, *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

6 Karl Marx, *op. cit.*, p. 87. Estes passos foram tomados como referência por Gramsci ao fomentar/analisar os movimentos dos Conselhos de Fábrica de Turim no pós Primeira Guerra. Ver a esse respeito, Antônio Gramsci e Amadeo Bordiga, *Conselhos de fábrica*, São Paulo, Brasiliense, 1981. Outros enxergaram neste movimento apenas uma continuidade com as perspectivas cooperativistas e de intervenção estatal de 1848, como os Ateliês Nacionais. Ver Eric Hobsbawm, *op. cit.*, p. 185.

articulação do vencido Thiers com o vencedor Bismarck para derrotar os operários parisienses demonstrava que a “guerra nacional” – antigo e eficiente instrumento de mobilizar todas as classes para o “interesse comum” – estava desmascarada. “A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional: todos os governos são *um só* contra o proletariado!”⁷

Revolução operária, governo da classe operária abrindo caminho para a demolição das bases da dominação de classes, controle operário da produção, internacionalismo operário e do capital. É com base nessas novidades – ou ameaças – da Comuna de Paris que podemos avaliar suas repercussões no Brasil.

A Comuna no Brasil: a voz dominante

Para avaliar o impacto do acontecimento da Comuna entre os brasileiros do Império é preciso recuar às manifestações sobre a Guerra Franco-Prussiana de forma, inclusive, a estabelecer um contraste. Superado, no início do século XIX, o temor das “abomináveis idéias francesas” – como se referiam os dirigentes portugueses/brasileiros aos ideais revolucionários do século XVIII – é fato que a influência francesa na determinação de padrões de sociabilidade “civilizada” e de produção intelectual passou a ser dominante entre os extratos mais “educados” da classe dominante senhorial brasileira. Daí que a simpatia pelos “civilizados” franceses, massacrados pelos “bárbaros” alemães, fosse a manifestação mais típica quando da guerra. A própria República de setembro de 1870 é vista como decorrência da incapacidade de Luís Bonaparte e continua a contar com simpatia quase unânime por aqui. Quando a derrota francesa se consuma, as manifestações de desapeço pelos alemães se explicitam ainda mais.

Na imprensa imperial, de matriz nitidamente conservadora, que acompanhou diariamente a guerra, com o atraso da circulação – por cartas da França e telegramas de Lisboa – de informações da época, isto se materializava em posições como a do *Diário do Rio de Janeiro*, comentando a entrada das tropas alemães em Paris (ocorrida em 1º de março): “Pensávamos até aqui que o governo alemão, inspirado em sentimentos de moderação e de sensatez, se absteresse de infligir ao povo francês a grave humilhação de ver desfilar pelos *boulevards* de Paris o Exército prussiano em marcha ostentosa de triunfo.(...) Em todo o caso parece-nos que o ato, se é que na verdade serve para abater a vaidade do povo francês, tem por principal resultado aumentar a indignação do vencido, e este é um germe de

⁷ Karl Marx, *op. cit.*, p. 99.

futuras vinganças, que, plantado em corações franceses, há de forçosamente desenvolver-se, tomar corpo e dar frutos fatais à Alemanha”.⁸

Nas semanas seguintes, já com a Comuna proclamada em Paris, a imprensa brasileira, atrasada de cerca de quinze dias em suas notícias, começava a preocupar-se com as informações que davam conta de agitações na capital francesa, por conta da insubordinação da Guarda Nacional. Quando a separação entre Versalhes e Paris já estava consumada, fazia-se eco por aqui aos discursos de Louis Blanc, no início de março, contestando a transferência da Assembléia para fora de Paris. Blanc, entretanto, acompanhou Thiers a Versalhes, condenando a Comuna, como aqui no Brasil os simpáticos à causa republicana e ao horizonte de 1848 condenaram os insurretos de Paris. Nos jornais, manifestos em defesa da república atacavam os comunardos, acusando-os de abrirem caminho, com a divisão que promoviam, à restauração monárquica. Aceitação da derrota, disciplina, obediência às leis, volta ao trabalho para indenizar a Alemanha, reconhecimento dos “chefes legítimos”, eram alguns dos conselhos que vozes simpáticas ao governo de Versalhes davam aos de Paris nos jornais brasileiros.⁹

Clóvis Melo, em um dos poucos trabalhos especificamente dedicados a avaliar o impacto da Comuna no Brasil, cita referências negativas à Comuna, com esta mesma linha, entre os intelectuais brasileiros – como Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, e Benjamin Constant, entre outros – muitos dos quais sensíveis à causa republicana e outros já tendo em outras ocasiões manifestado sua simpatia a 1848 e mesmo a Proudhon.¹⁰

Definido afinal o caráter de classe da Comuna, a simpatia dos jornais brasileiros pelo sofrido e altivo povo de Paris, que havia heroicamente resistido ao cerco prussiano, se esvai em fumaça. Em seu lugar surge o discurso do horror à revolução: “Escrever em um programa a palavra ‘revolução’ é um crime, para o qual não há castigo condigno a não ser o supremo desprezo da própria pátria. (...) A revolução é o rompimento de todos os laços sociais, e a queda das instituições, o desrespeito à lei, o reinado do crime, a soberania da infâmia; e há por ventura alguma coisa de estável e profícuo que possa levantar-se sobre esta base condenada e poluta?”¹¹

8 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 21.03.1871, p. 2. nesta e nas próximas citações, foi atualizada a grafia das palavras.

9 É o caso do manifesto publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 09.04.1871, p. 2. O próprio jornal, dirigido, a partir de 1860, por Saldanha Marinho, abrigou vários propagandistas republicanos entre os seus redatores, como Quintino Bocaiuva.

10 Clóvis Melo, “A comuna de Paris e o Brasil” in *A Comuna de Paris*, Rio de Janeiro, Laemert, 1968.

11 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17.04.1871, p. 1.

Na mesma linha seguia o mais tradicional jornal governista (“áulico”, ou “absolutista”, como chamavam na época) do Império,¹² o *Jornal do Comércio*: “Prossegue a Guerra Civil com todos os horrores. A Comuna arrojou fora a máscara. As franquias municipais que dizia reivindicar eram o pretexto; reorganizar o sistema político da França sobre a base de uma preponderância absoluta de Paris e algumas outras comunas federadas, eis o fim ostensivo, se é que os ditadores do Hotel de Ville tem algum outro fim ou pensamento que não seja a obliteração de todas as noções de ordem social. Os meios são os que toda a Europa observa cheia de assombro e terror.”¹³

A entrada das tropas de Versalhes em Paris seria, algum tempo depois, saudada como um ataque pelo qual se ansiava, “tantas vezes prometido, por tanto tempo procrastinado”.¹⁴ A derrota da Comuna foi festejada com as primeiras notícias dos jornais diários: “A Comuna foi vencida e esmagada, Paris respira!”¹⁵ A crueldade da repressão seria justificada após dias de denúncias de como os comunardos ateavam fogo aos “monumentos da civilização”: “Se daquela faustosa e formosíssima cidade, tão rica de monumentos históricos e maravilhas da arte, alguma coisa escapou não foi por falta de infernal diligência empregada pelos ferozes comunistas para não deixar após si um único edifício que pudesse recordar o que havia sido a cidade que se desvanecia com o título de capital do mundo civilizado (...) O governo mostrou-se severo para com criminosos que não podiam merecer o perdão dos homens, e tal horror inspiravam aqueles celerados à humanidade a que haviam declarado desapietada guerra que os Estados vizinhos unanimemente declararam que não os receberiam como refugiados políticos, mas, como ladrões e assassinos, os entregariam às justiças do seu país que atrozmente haviam insultado.”¹⁶

No dia seguinte à publicação das notícias da derrota da Comuna nos diários da Corte, em 20 de junho, a Câmara dos Deputados do Império brasileiro consignou em ata, a pedido do deputado Pereira da Silva, congratulações pela vitória da “causa da civilização na França”, com uma alusão à derrota do comunismo “cancro do mundo moderno”. Dez dias depois o Senado acompanhava a manifestação da Câmara.¹⁷

12 Sobre a imprensa imperial, ver Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1977 (especialmente o 4º Capítulo).

13 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 01.05.1871. Citado por Carlos Melo, *op. cit.*, p. 258.

14 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18.06.1871, p. 1.

15 *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 19.06.1871, p. 1.

16 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19.06.1871, p. 1.

17 Conforme Evaristo de Moraes Filho, “A proto-história do marxismo no Brasil” in Daniel Aarão Reis Filho *et alii*, *História do Marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. 1, p. 22.

A Comuna no Brasil: a voz dominada

Deveríamos buscar, então, a voz dos socialistas e dos trabalhadores brasileiros, para avaliar o grau de penetração dos ideais da Comuna entre a luta dos dominados. Mas a tarefa não é simples.

Embora a expressão socialismo já tivesse espaço de circulação anterior, sua acepção ainda era bem menos definida que na Europa de meio século antes e, em termos mais precisos, o que se pode perceber é que a Comuna estabeleceu pela primeira vez, por aqui, uma associação clara entre socialismo/comunismo, as idéias de Karl Marx e a Primeira Internacional. Mas isto se deu primeiramente nas vozes conservadoras, que aqui fizeram coro aos que denunciaram a Comuna e o fogo que se ateou a Paris como obra da terrível Internacional Comunista, comandada por Marx.¹⁸

Partidos identificados com o socialismo (mas já o da Segunda Internacional) só surgiriam por aqui a partir da década de 1890. Uma imprensa propriamente operária, que pudesse sustentar uma análise do exemplo da Comuna de um ponto de vista de classe mais nítido também começaria a se desenhar cerca de uma década depois dos acontecimentos de Paris. No início do século XX, a Comuna já estava definitivamente incorporada aos referenciais do movimento operário brasileiro. Nos jornais anarquistas, é comum encontrar a Comuna como um marco positivo, no sentido do seu significado; porém também inaugurador de uma fase negativa, de repressão européia generalizada aos movimentos dos trabalhadores e de retração do próprio setor anarquista, que teria desde então se afastado das suas bases sociais.¹⁹

Mas, e os trabalhadores brasileiros de 1871? Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar que a base econômica da dominação do trabalho no Brasil daquela época ainda se assentava sobre o escravismo. Porém, na maior cidade e capital do país na época, o Rio de Janeiro, havia já um diversificado mercado de trabalho livre em desenvolvimento, principalmente após a metade do século. E, por mais que não se possa falar em uma classe trabalhadora no sentido pleno do termo, é preciso reconhecer que a classe se forma num processo mais lento, que inclui referências do passado e impactos da aceleração das mudanças no presente.

Em 1871, era já possível localizar, ao menos numa cidade do porte do Rio de Janeiro a existência de um segmento de trabalhadores livres

18 *Idem*, pp. 22-25.

19 Ver, por exemplo, os vários artigos que mencionam a Comuna como uma referência, em *A Voz do Trabalhador*, o periódico da Confederação Operária Brasileira, publicado no Rio de Janeiro, como em "O valor da ação operária", de Neno Vasco, publicado em 01.01.1913 ou em "Sindicalismo – concepção operária do socialismo", traduzido do inglês e publicado em 15.07.1913.

especializados e assalariados, que se definiam como artistas, tendo como referência o passado de organização artesanal do trabalho, mas já enfrentando as vicissitudes do trabalhar para outrem em troca de um salário. Este segmento começara a ser mais claramente identificado, na Corte, alguns anos antes. Em 1858 ocorreu um movimento que ficou registrado como a primeira greve no Brasil, uma greve de tipógrafos, que reivindicando aumento salarial paralisaram o trabalho nas folhas diárias do Rio. Cientes do potencial do seu ofício, publicaram inclusive um jornal diário – o *Jornal dos Tipógrafos* –, das páginas do qual se extrai uma concepção sobre a especificidade do *artista*, trabalhador especializado que merecia ser mais bem tratado, pois portava a dignidade de um ofício. Mas, brotavam das páginas do jornal, também, as denúncias da exploração patronal dos trabalhadores submetidos ao assalariamento. A bancar o jornal e organizar os tipógrafos estava uma associação constituída com objetivos mutuais, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense.²⁰

É deste tipo de trabalhadores que poderíamos esperar algum tipo de posicionamento mais próximo à Comuna. Infelizmente, nas coleções disponíveis de periódicos de época, não foi possível encontrar um jornal com este perfil que acompanhasse toda a experiência comunarda. Porém, é possível localizar, nos primeiros meses de 1871, algumas referências aos acontecimentos de Paris no jornal *O Artista*. “Periódico dedicado à indústria e principalmente às artes”, como dizia seu subtítulo, *O Artista* não era um jornal com perfil de classe nítido. Possuía editores engenheiros e assumia claramente a propaganda do industrialismo, muitas vezes apontando obstáculos ao progresso industrial não apenas no Estado e na classe senhorial, com sua mentalidade arcaica, mas também nos próprios trabalhadores. Neste sentido, defendia, por exemplo, o trabalho pago por tarefa, como instrumento de garantia da produtividade, contra a corrente de uma das principais reivindicações tipicamente operárias na Europa de fins do século XIX.

A primeira referência d’*O Artista* à França se deu pela situação de suspensão das importações de artigos de vestuário franceses como resultado da Guerra Franco-Prussiana. Era a oportunidade para que, em defesa dos artistas nacionais, o jornal propusesse a “nacionalização das modas”.²¹

De forma mais direta, alguns meses depois, o jornal defendeu um “socorro” às vítimas do cerco prussiano à Paris. Justificava a solidariedade com os mesmos argumentos da imprensa diária, da importância da influência francesa na cultura brasileira. Como herdeiros das “luzes” deveríamos atentar

20 Referências à greve dos tipógrafos podem ser encontradas em Herminio Linhares, *Contribuição à História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977, pp. 33-34.

21 *O Artista*, 04.12.1870, pp. 2-3.

para o sofrimento dos parisienses. Mas, o jornal acrescentou outros argumentos, para defender a especificidade de uma solidariedade de classe aos parisienses. A citação, embora um pouco longa, se justifica: “Em todas as sociedades a parte industrial, incluindo nela os artistas, forma uma grande classe da qual depende a felicidade da nação e também a que mais sente os reveses que sobrevêm ao país.(...)”

“É o que acontece na França. Apenas se sentiu sufocada pela onda invasora que derribara o poder fictício de um Napoleão caricato, a França apelou para seus filhos, e não apelou em vão; as portas de suas oficinas se abriram de par em par, os obreiros das artes e da indústria abandonaram suas ferramentas e correram para o campo, onde deviam empunhar uma arma em defesa da pátria; mas a pátria tinha sido traída, o ambicioso que a tinha avassalado abusando do nome de um vulto que se finou em Santa Helena, caíra entregando-a inerte a inimigos audazes, fortes e vitoriosos.

“A França estaria vencida ignominiosamente em semelhante conjuntura se aqueles homens de trabalho não voltassem de novo as suas oficinas, e, com o ardor e o legítimo orgulho que se denomina patriotismo, não fizessem surgir, como por encanto, milhares de fuzis, de armas brancas, de canhões, de bombas e de metralha, ainda em tempo de opor tenaz resistência aos esforços dos usurpadores, dos inimigos da pátria.

“Mas no fim dessa tarefa, ou promiscuamente com ela, foram ainda eles os que em maior número correram às trincheiras; abandonando todos os bens do casal, o lar doméstico, no facho aceso dos incendiários ébrios pela facilidade de seus primeiros triunfos e sequiosos de devastação e de extermínio.

“E nós, industriais e artistas brasileiros, estendamos a mão fraternal e caridosa aos nossos irmãos que sofrem.”²²

Ainda que demonstrando tratar de forma indistinta a classe operária – ou os artistas – de seus patrões, o jornal *O Artista* avançava um ponto de vista social distinto, situando o protagonismo operário na guerra contra os alemães e conclamando uma solidariedade entre iguais ao propor que os artistas do Brasil contribuíssem para minorar os sofrimentos dos trabalhadores franceses. Este talvez seja o limite até o qual poderiam ir os trabalhadores brasileiros naquele momento do seu processo de constituição enquanto classe.

Conclui-se, porém, ser inegável que a Comuna tenha provocado um impacto neste processo, a partir do momento em que estabeleceu, do ponto de vista dos horizontes da luta de classes naquela conjuntura brasileira,

22 *O Artista*, 26.02.1871, p. 1.

uma primeira associação histórica concreta entre as lutas internacionais dos trabalhadores e o socialismo (particularmente na versão de Marx). Mas, principalmente, pela possibilidade de um governo de classe dos trabalhadores como instrumento da luta dos trabalhadores pela superação da sociedade de classes.